



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009
Secretaria Municipal de Administração

PM SA OF Nº 434/2017

Sant'Ana do Livramento, 18 de setembro de 2017.

Senhora Presidente:

Ao cumprimentá-la cordialmente vimos por meio deste encaminhar à Comissão Especial de Concurso Público da Câmara Municipal nesta Cidade, de cópia da informação UCCI nº 026/2017 (em anexo), atinente a questionamentos formulados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício 678-17 do CRC/RS, para conhecimento.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.


SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES
Prefeito Municipal



Exma. Sra.

MARIA HELENA ALVES DUARTE

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Sant'Ana do Livramento – RS.

RECEBIDO EM
19/09/2017
AS 14:00 hrs
Pelo Sr. [illegible]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
"Palácio Moysés Vianna"
Unidade Central de Controle Interno

INFORMAÇÃO UCCI nº 026/2017

Da: Unidade Central de Controle Interno
Para: Gabinete do Exmo. Prefeito Municipal;
C / C Comissão do Concurso Público 01/2017.

ASSUNTO: Ofício 678-17 do CRC/RS

Exmo. Sr. Prefeito Municipal:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através desta, acusar o recebimento do Ofício Sec. 678-17, oriundo do Conselho Regional de Contabilidade do Estado – CRC/RS, registrado sob o Protocolo UCCI nº 381 de 11/09/2017, direcionado à V. Exa., e, ao mesmo tempo, realizar manifestação a fim de auxiliá-lo na tomada das decisões acerca do Concurso Público nº 01/2017, o qual envolve uma vaga para a Unidade Central de Controle Interno, no cargo de Técnico de Controle Interno – Ciências Jurídicas e Sociais.

Trata o referido expediente, de solicitação de retificação do Edital do Concurso, incluindo a formação em Ciências Contábeis e registro regular no CRC/RS para o cargo de Técnico de Controle Interno, em vista das atribuições do cargo, Lei Municipal nº 4.242/2001, constarem atividades privativas da área contábil, como por exemplo, a realização de Auditorias, conforme o Órgão fiscalizador da Classe – CRC/RS.

Alerta, ainda, a necessidade da observância do *§ único do artigo 12 do Decreto – Lei nº 9295/1946*, o qual define que o exercício da profissão contábil, requer o devido registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade/RS, sob pena de, tal procedimento, ser considerado uma infração.

Diante do acima exposto, e objetivando auxiliar o Gestor Máximo com informações concernentes a esta Controladoria Municipal, bem como sua legislação reguladora, expedimos algumas considerações:

– O atual quadro da UCCI, é composto de 3 (três) Técnicos de Controle Interno, sendo 2 (dois) da Área Contábil, e 1 (um) da Área Administrativa, tendo a necessidade premente do preenchimento da outra vaga, na Área Jurídica;

– Da análise da atual legislação vigente – Lei Municipal nº 4.242/2001, verifica-se a disposição das atribuições do cargo, Técnico de Controle Interno, em caráter geral, tendo suas atividades sem uma divisão por área de conhecimento – Contábil, Administrativa e Jurídica;

– A atual legislação municipal, referente ao Controle Interno – Lei nº 4.242/2001, carece de uma revisão para a adequação da mesma, à Resolução TCE/RS nº 936/2012, segundo nosso próprio Órgão fiscalizador – TCE, bem como consta no Diagnóstico.

– O Concurso Público nº 01/2017, para o provimento do cargo em tela, vem sendo realizado em conjunto com a Câmara Municipal;

– Em atendimento à uma solicitação do TCE/RS, foi realizada alteração da Lei Municipal nº 4.242/2001, e suprimida a exigência de *experiência na área da administração pública*, como requisito ao provimento do cargo;

Portanto, diante da necessidade desta Unidade de Controle Interno, ser de preenchimento do cargo de profissional da Área Jurídica, já que possui 2 (dois) da Área Contábil, não vimos outra alternativa, que não seja a revisão da Lei Municipal nº 4.242/2001, fato este que requer um tempo razoável de estudos, em que sejam separadas as atribuições dos Técnicos, por área de conhecimento – contábil, administrativa e jurídica, bem como algumas adequações à citada *Resolução TCE nº 936/2012*, a qual fixa as diretrizes de atuação e procedimentos, e enumera os itens mínimos de verificação, por parte da UCCI, já exigidos nas Auditorias do Tribunal no Executivo e Legislativo, e ainda não contemplados na legislação municipal.

Porém, considerando a justa demanda do Órgão fiscalizador contábil – CRCRS, bem como a não menos justa demanda da continuidade do Concurso, e o preenchimento dos cargos, mais especificamente o de Técnico de Controle Interno – Advogado, é que foi realizada consulta para orientação junto ao próprio TCE/RS, para avaliar a continuidade ou não do processo, junto ao da Câmara Municipal, para não correr-se o risco de atrasar mais o Concurso.

Frente ao cenário acima descrito, é que, manifestamo-nos favoravelmente:

1 – Após uma criteriosa avaliação, por parte da Administração Municipal, conjuntamente com sua Procuradoria Jurídica, seja avaliada a possibilidade da continuidade do Concurso Público 01/2017, dada a necessidade do preenchimento dos cargos e o processo encontrar-se já em andamento;

2 – Seja encaminhada solicitação de estudo à UCCI, visando a revisão da legislação municipal vigente, referente ao Controle Interno, para seus devidos ajustes na separação das áreas de conhecimento – Contábil, Administrativa e Jurídica, e adequações à Resolução TCE nº 936/2012, visando uma melhor estruturação das atividades do Órgão, com vistas a um maior alcance dos itens de verificação das Auditorias Internas, e, consequentemente, uma ferramenta mais eficaz, tanto de assessoramento para a Administração, como de apoio para o controle externo.

Sant'Ana do Livramento, 13 de setembro de 2017.


Kaizer Espirito Santo Torres
Técnico de Controle Interno
Mat. 22153 - CRC/RS 63.684
Chefe da UCCI